

ELETROBRAS / ELETROSUL

## Mobilização dos eletricitários é intensificada

Foto: Paulo Horn

**G**arantir ganho real no ano de 2012, semelhante ao que petroleiros e bancários tiveram no ano de 2011, não será tarefa fácil para os eletricitários. O frustrante resultado da reunião do dia 28/06/2012 com a Eletrobras com certeza levará muitos trabalhadores ao primeiro grande enfrentamento de suas vidas, dado a quantidade de novos empregados nas empresas do grupo Eletrobras.

**R**evestidas de todo o tipo de subterfúgio, as diretorias das empresas parecem não estar muito interessadas em cumprir suas responsabilidades no que se refere à gestão de pessoas, buscando as soluções para as demandas dos empregados. Ao invés disto, têm demonstrado mais interesse em garantir seus cargos, não contrariando quem lhes colocou lá e não demovendo maiores esforços para atender as reivindicações dos trabalhadores que são os que verdadeiramente tocam as empresas.



Em Joinville 100% dos trabalhadores aderiram ao movimento

**E**ste comportamento de tentar manter-se nos cargos (presidência e diretorias), sem muito esforço e sem assumir as responsabilidades inerentes, é uma prática muito conhecida e condenada pela organização dos trabalhadores ao longo da história. Agindo desta forma, a diretoria da Eletrosul nega avanços no âmbito específico dizendo que a “estrutura” impõe limites e que não pode avançar, pois a Eletrobras não permite. A Eletrobras por sua vez, nega avanços no âmbito nacional, dizendo que a “estrutura” impõe limites e que não pode avançar, pois o DEST e o governo não permitem.

**V**em então a pergunta: quem elegeu o governo federal? A quem ele serve? Não tinha por acaso o governo alguma relação com os “trabalhadores”? Muito se fala em movimentar a economia, de blindar o país contra a crise econômica mundial, mas qual a saída efetiva? Todos sabem que uma das melhores formas de aquecer a economia é distribuir renda, no entanto, o governo federal parece querer deixar os eletricitários fora do processo de ampliação do consumo das famílias. E enquanto isto, a classe empresarial é beneficiada com reduções fiscais, leia-se maior lucro e menor arrecadação para se investir em saúde, segurança, educação...

**E**stá claro que lutar por avanços além de uma questão econômica, é também uma questão de dignidade, porque os eletricitários não querem ser tratados de maneira discriminatória como a que ocorreu o ano passado onde trabalhadores também vinculados ao Ministério de Minas e Energia obtiveram ganhos superiores ao que foi repassado para os eletricitários.

### Greve nacional por tempo indeterminado é proposta em assembleias

Os trabalhadores da Eletrosul e das demais empresas do Grupo Eletrobras, reunidos em assembleias que ocorreram em todo país, deliberaram por uma paralisação das atividades por 72 horas no período de 04 a 06 de julho de 2012. As assembleias também deliberaram por indicativo de greve nacional por tempo indeterminado a partir do dia 16 de julho, se não houver uma proposta digna por parte da Eletrobras com vistas ao ACT 2012/2013, na reunião de negociação nacional que ocorrerá em Brasília – DF, dia 11 de julho. O encaminhamento foi proposto pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e seguido pelos sindicatos que compõem a Intersul a partir da avaliação do CNE após a última rodada de negociação nacional ocorrida dia 28 de junho. Entre as questões de natureza socio-econômica, a principal motivação da mobilização da categoria em todo o Brasil, é a falta de resposta para as seguintes reivindicações:

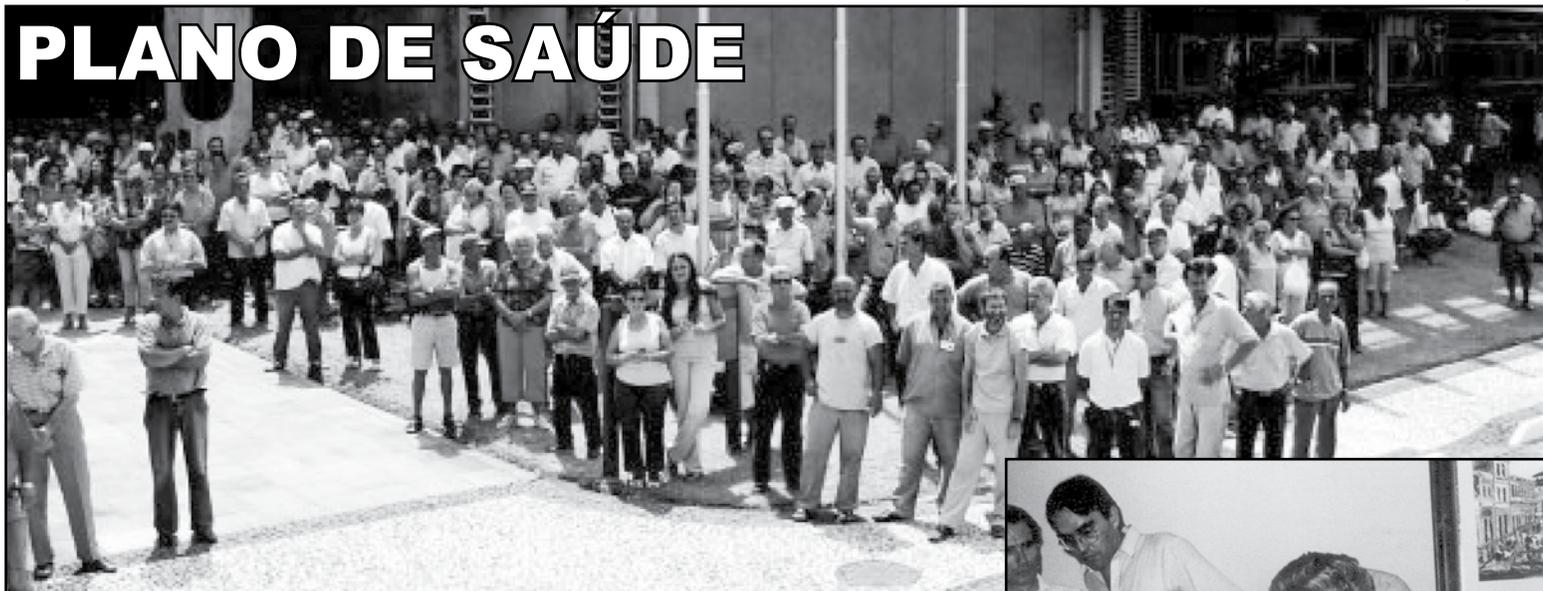
- Reajuste salarial
- indenização compensatória por corrosão do salário real (no mínimo igual a do último ACT: 30% da remuneração + R\$ 2.000 fixos)
- verba para movimentação e outras questões relativas a ajustes no PCR

O índice total do reajuste reivindicado é formado por 5,10% correspondente às perdas inflacionárias + o crescimento médio da venda de energia + 1,5% de ganho real. Desta forma o total do **índice reivindicado é 10,73%**. A proposta da Eletrobras foi limitada ao índice da inflação, de 5,10%.

**Mais do que nunca, a energia do Brasil está em nossas mãos!**



# PLANO DE SAÚDE



Manifestação dos assistidos pelo plano de saúde, em 2005, garantiu a manutenção do benefício para trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas. Abaixo, a assinatura do Plano Amhor

Foto retirada do livro Entre o Passado e o Futuro.



O histórico do plano de saúde dos trabalhadores da Celesc praticamente se funde com a história da criação da Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos. A cláusula reivindicando a criação da Celos surge pela primeira vez em 1969, com a Celesc comprometendo-se a criar uma fundação para proporcionar assistências aos trabalhadores e seus dependentes. A reivindicação se manteve na pauta dos acordos coletivos seguintes, até que em 1974 a Celos foi criada. O principal motivo para a criação da fundação foi a necessidade de equiparar os direitos dos diversos trabalhadores, das mais variadas funções e cargos, que haviam sido adicionados ao quadro de pessoal da Celesc com a incorporação de diversas empresas de energia elétrica do estado.

A primeira grande transformação do benefício se deu em 1986. Conforme relatado no livro "Entre o Passado e o Futuro: a história dos 35 anos da Celos", este "foi o ano da criação do plano de assistência Médico-Hospitalar, conhecido como Plano Amhor, em convênio com a Unimed".

No mesmo período, surgia um movimento de quebra da estrutura assistencialista dos sindicatos e os serviços de assistência aos trabalhadores passaram à responsabilidade da Celos, que concentrou e profissionalizou a assistência social.

Nesta época, o Plano de Saúde administrado pela Celos, beneficiava apenas os empregados na ativa. Para garantir a extensão do benefício aos aposentados, a organização dos ex-trabalhadores na Associação dos Aposentados e Pensionistas da Celesc (APCelesc) foi fundamental. Com o apoio dos sindicatos, a Diretoria da APCelesc, mobilizando seus associados na defesa de seus direitos conseguiu, após muitos debates com a Diretoria da Celesc e Celos, conquistar a extensão do Plano Amhor aos aposentados e pensionistas, nos mesmos moldes dos empregados da ativa.

Em 1991 se deu início ao estudo de um plano de saúde que atendesse aos familiares dos empregados, mas apenas em 1995 o plano saiu do papel, beneficiando os agregados dos trabalhadores. O plano foi chamado de Amha e, apesar de não haver participação da Celesc no mesmo, a administração do plano ser feita pela Celos trouxe uma série de facilidades aos participantes.

A cláusula que garantia o Plano de Saúde Amhor apareceu pela primeira vez nos ACT's em 1996/97. Conforme relato do livro "eletricitários Catarinenses: a trajetória de 40 anos do contrato coletivo de trabalho na Celesc", "através dela, a Celesc se compromete a manter o plano de saúde nos moldes praticados até então, beneficiando trabalhadores ativos e aposentados/pensionistas". Em 1997/98 foi acrescentado a obrigação da Celesc continuar garantido sua contribuição para o plano.

Segundo relato do ex-presidente do Sindinorte, Aramis Luiz de Novaes, "os empregados da Celesc não tinham nenhuma assistência médica, existiam apenas alguns convênios com médicos particulares. Houve a necessidade da criação no plano Amhor (...) Por causa das ameaças de retirada do plano de saúde, foi preciso colocar no acordo". Representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc e ex-conselheiro da Celos, Jair Maurino Fonseca considera que foi "através dos acordos, a força da negociação, que melhorou os planos."

Em março de 2005 uma luta emblemática foi travada em defesa do plano de saúde: 1.400 participantes entre trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas tomaram a Celesc na defesa da manutenção dos repasses da empresa para a Celos, que haviam cessado desde novembro de 2004. A manifestação exigia que a Celesc quitasse o débito de aproximadamente R\$ 5,5 milhões acumulado no período, quando a Celos, mesmo sem receber da Celesc, não permitiu que os assistidos fossem prejudicados, bancando por conta própria os tratamentos de saúde e odontológicos. O movimento conseguiu que os repasses fossem regularizados e demonstrou a força dos trabalhadores e aposentados em defesa deste grande benefício.

No ACT 2004/05 a cláusula permaneceu a mesma, incluindo um parágrafo que previa a criação de um grupo de trabalho, com participação dos sindicatos da Intercel, e representantes da Celos, Celesc e APCelesc para discutir a revisão do plano. Era o início daquele que viria a ser o Plano Celos Saúde. Em 2009/10 a cláusula quadragésima segunda traz o seguinte texto: "A Celesc Distribuição se compromete na vigência do Acordo Coletivo de Trabalho a estudar a implantação do Plano Celos Saúde, abrangendo os procedimentos médicos e odontológicos".

Nos ACT's seguintes o Plano Celos Saúde passou a ser realidade, dando sequência a uma história de muita luta em prol da saúde dos trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas da Celesc.

**CUTUCADAS**  
Celesc

**Novo rumo para as denúncias encaminhadas ao Ministério Público: falsidade ideológica, peculato, prevaricação, formação de quadrilha e enriquecimento ilícito. Aguardem os novos desdobramentos.**

**E quanto aos inquéritos encaminhados aos órgãos competentes (DEIC, MP, AUDI)? Estão parecendo gibi da turma da Mônica! A historinha muda, mas os personagens, são sempre a mesma meia dúzia!**



## Acordo de compensação de horas não é ferramenta na mão das chefias



Desde a implantação do acordo de compensação de horas que os trabalhadores vem sofrendo sistematicamente com a insistência de alguns chefes iluminados em obrigar que as horas extras feitas sejam compensadas ao invés de pagas. Mais uma vez os sindicatos que compõem a Intercel ressaltam que a compensação de horas é uma liberalidade do trabalhador e nenhuma chefia tem direito de obrigar a compensação.

Não existe banco de horas na Celesc. O acordo de compensação foi criado para beneficiar o trabalhador que precisar se ausentar da empresa, sem que para isso sofra perdas financeiras.

No caso de horas extras convocadas ou horas extras provenientes de sobrejornada a Celesc deverá pagar pelas mesmas, caso este seja o desejo do trabalhador.

Está na hora dos chefes iluminados pararem de interpretar o acordo! O acordo assinado é para ser cumprido e não distorcido em benefício próprio ou em malefícios para os trabalhadores.

## Reunião do CRH

Os sindicatos que compõem a Intercel participaram no dia 27/06, em Florianópolis, de reunião do CRH para debater os seguintes pontos de Pauta:

1. *Adequação dos Salários dos Trabalhadores Assistentes Operacionais/Ajudantes Técnicos;*
2. *Procedimentos da Celesc em relação aos trabalhadores do regime de Turno de Revezamento quando há dispensa dos empregados em dias de ponto facultativo;*
3. *PLR/Trabalhadores em Acidente de Trabalho;*
4. *Antecipação do Benefício do INSS;*
5. *Atendimento Celos pelos prepostos da Celesc;*
6. *Hora Extra realizadas no administrativo;*

Com relação à adequação dos salários dos trabalhadores Assistentes Operacionais/Ajudantes Técnicos, finalmente a reivindicação da Intercel foi aceita pela empresa ficando pendente apenas a forma adequada de resolução do problema.

Depois de comunicar que não concederia o pagamento da majoração de 50% sobre as horas aos trabalhadores do turno de revezamento que estiverem de serviço quando houver dispensa de ponto sem compensação para os trabalhadores do administrativo, e dos sindicatos da Intercel terem se manifestado contra a proposta da empresa, a Celesc voltou atrás e pagará hora extra para o pessoal do turno com adicional de 50%.

O pagamento de PLR para trabalhadores afastados por conta de acidente de trabalho também foi debatido na reunião, ficando a Celesc responsável por fazer levantamento dos casos para posterior correção de possíveis erros. Outro assunto que foi amplamente debatido foi a prática de algumas Agências Regionais de obrigar os assistentes administrativos a realizar horas extras e depois compensar, situação que fere o Acordo Coletivo da Celesc. A empresa manifestou a posição de não autorizar a realização de horas extras pelos trabalhadores administrativos, enquanto a Intercel reafirmou que, caso o trabalhador realize hora extra, cabe a ele a decisão de receber em dinheiro ou compensar essas horas.

Infelizmente nem todos os pontos tiveram um desfecho nesta reunião. A questão do atendimento da Celos através de prepostos cedidos pela empresa não teve definição. O assunto ficou em aberto e continuará em discussão envolvendo a APCelesc (Associação dos aposentados e pensionistas da Celesc) e a Celos para encontrar uma solução para o impasse.

## Assembleias regionais dão início à data-base na Celesc

Acontecem ao longo desta semana, em todas as bases dos sindicatos que compõem a Intercel, as assembleias regionais de pré-pauta para o Acordo Coletivo de Trabalho 2012/2013. É na assembleia regional que os trabalhadores organizados tem a oportunidade de debater e propor alterações, inclusões e exclusões de cláusulas, ajudando a dar forma à pré-pauta que será encaminhada para a discussão de toda a categoria, na Assembleia Regional.

É de suma importância que os trabalhadores se organizem e apresentem suas reivindicações nas assembleias regionais, uma vez que na Assembleia Estadual não são permitidas inclusões de cláusulas que não foram aprovadas nas assembleias regionais.

Os sindicatos que compõem a Intercel conclamam os trabalhadores a participar efetivamente da construção de um Acordo Coletivo de Trabalho bom para todos! A participação de todos é o que nos faz fortes. Somos todos responsáveis nesta luta!



# PRIVATIZAÇÃO DA CULTURA: ESTADO SE AUSENTE E CORPORações AVANÇAM



Estamos diante de uma nova peça de privatização da cultura brasileira. Os martelos desse pregão estão sendo batidos verso a verso. O Estado se ausente e concebe uma instrumentalização dos recursos públicos para que as grandes corporações instrumentalizem todas as relações institucionais de nossa cultura. Isto é fato. Nisto não há nenhum desafio. Aproveitando a incapacidade do Estado de pensar a cultura como base nacional de cidadania, os executivos das grandes corporações se apossam da doçura das leis de incentivo, que tudo indica lhes dará mais garantia de arredação do mecenato público e, a partir daí, tomam pra si todas as decisões estratégicas de um perverso sistema onde a perda de qualidade na vida, sobretudo da classe média, talvez seja a grande sombra que desponha nesse rearranjo corporativo.

A força das estruturas dominantes na história atual da nossa cultura surgiu há vinte anos como valores contingentes das privatizações da era FHC e da leitura oficial que o Estado brasileiro passou a adotar como único capaz de determinar um conjunto de formas particulares de entender a cultura do país.

Efetivamente o mundo datado pelas corporações, fundado na história das privatizações brasileiras não considerou sequer o que era

originalmente fenômeno da indústria cultural. Ainda ontem li um considerado ex-produtor de renome no Brasil reclamar que a indústria fonográfica empreendeu uma combinação burocrática que tornou completamente obscuras as relações cooperativadas dentro do cenário da produção musical da indústria.

Então pensamos, se essa ordem social, cultural e moral prevalece sobre a própria indústria cultural, imagina quais são as características de uma política em que o modelo alternativo de cultura é apenas residual dentro dos institutos e fundações das grandes corporações atuando no centro do sistema.

Há pouco tempo, por acaso, estive com um velho amigo que preside a fundação de uma grande empresa brasileira, e ele me confessou não ver o menor sentido a empresa manter uma fundação já que suas relações comerciais nada tem a ver com o que deveria ser um projeto nacional de cultura. E seguiu dizendo que, para tal plataforma, eles seriam obrigados a ser conduzidos por objetivos que exprimissem as próprias visões da cultura e que jamais uma grande empresa teria capacidade ou mesmo interesse em tais projetos. E revelou claramente... Não temos pessoal para isto, pois não temos meta. A contrapartida que ganhamos com a fundação são desequilíbrios e até distorções estruturais na empresa. Por isso a existência dessa fundação se choca com os negócios da empresa.

Na verdade o Estado está nessa conformidade sem qualquer finalidade para o país, obedecendo cegamente aos desígnios da globalização cultural. Lógico que a nossa forma de capitalismo cultural a partir da era Collor e seguida a ferro e fogo por FHC, era entregar nas mãos de atravessadores tudo o que fosse produzido nas mentes criativas brasileiras, subvencionando o pensamento a partir da lógica dos departamentos de marketing para a venda do produto principal de uma grande corporação, atribuindo à própria corporação o movimento e o motor do pensamento nacional desprovido de ideologia, buscando o mesmo dinamismo que as burguesias internacionais associadas ao grande capital tinham em mente.

Na realidade tal modelo conduzido pelo discurso globalizado nunca teve eficácia local, mesmo com cem por cento do mecenato público via renúncia fiscal como jamais criou o mercado global a partir da Europa e dos EUA.

Esse cidadão do mundo é apenas uma possibilidade. Imaginar isso numa sociedade tão desigual quanto a brasileira, é o mesmo que o Estado desconhecer a existência do cidadão das classes deserdadas ou mesmo dos novos pobres incluídos. O fato é que, diante do estado, a cultura e todos os seus fundamentos estão numa zona de banalidades, de comportamentos que podem servir a qualquer absolutismo a serviço do mercado.

Ocorre que no cotidiano esse mercado não é dotado de nenhuma forma verossímil. E se tais características alimentam apenas o imaginário interna ou externamente de uma grande corporação, nem a existência de uma racionalidade, esse sistema político formado em parceria entre governo e grandes corporações, produz algo que sequer podemos dar uma mínima classificação.

A cultura é o centro do mundo a partir de sua história social, mas o Estado só a vê através das bases materiais. E essa mitificação é que nos leva à realidade atual entre o mistério de um pensamento incompreensível e a presença da tecnicidade como artifício dos novos autorizados. Porém nada disso produz nenhum efeito prático na história humana, verdadeira responsável por novos pensamentos e criações e, muito menos cria um mundo veraz a partir de uma fábula mercantil artificializada por um império fundado na monetarização da cultura onde a percepção do mecenato se transforma em um único motor de nossas manifestações e, diante de uma cidadania verdadeiramente universal, proclama-se o fim da ideologia e a própria morte do Estado.

O governo Dilma necessita urgentemente redefinir a função do Ministério da Cultura, pois este é a imagem da fragmentação e da compartimentação. Por isso há quinze meses cria cotidianamente conflitos com a sociedade, exclui boa parte dela e fica cada vez mais distante das relações solidárias com parâmetros de evolução de uma política de Estado. O governo Dilma precisa de uma definição para uma nova dimensão de política pública de cultura de Estado.

